

Carta de Florianópolis

A criminalização dos movimentos sociais e sindical expressa o aprofundamento da crise social decorrente do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo e desvela a face autoritária do Estado brasileiro e da política econômica em curso. A luta por uma sociedade mais justa, através das organizações da classe trabalhadora e da juventude, é algo que nenhum dos presentes neste Seminário está disposto a abrir mão.

Nos últimos anos, no estado de Santa Catarina, vivenciamos grandes manifestações e atos públicos de reivindicação da classe trabalhadora e da juventude por seus direitos e por melhores condições de vida e também vivemos um aumento das repressões e perseguições aos movimentos sociais e populares e aos sindicatos por parte dos aparatos policiais a mando dos Governos (apoiados no Poder Legislativo) e do Poder Judiciário, além da perseguição criminoso de capangas contratados pelos patrões.

Casos graves, como a perseguição e mandados de prisão para quem se organiza para reivindicar terra e moradia, que são direitos básicos, como no caso de dezessete militantes do MST que estão com mandado de prisão; ações difamatórias, apoiadas na mídia privada, especialmente contra os povos indígenas e quilombolas que lutam pela justa demarcação de seus territórios tradicionais, como os Guarani no Morro dos Cavalos em Palhoça, os Kaingang, e o Quilombo São Roque, Praia Grande, no sul do Estado; remoções forçadas e ameaças permanentes sobre ocupações de luta por moradia, como as ocupações Amarildo, Palmares e Contestado; perseguição e negação de direitos elementares à população que vive em situação de rua; repressão policial e criminalização da população negra nas periferias, com números de assassinatos que configuram um verdadeiro genocídio da juventude negra; perseguição e discriminação à cultura e às manifestações religiosas de origem africana; ações autoritárias como a truculenta operação das polícias Federal e Militar na UFSC, que atacam a autonomia universitária e que resultou em dezenas de pessoas feridas, e que ainda se desdobra num inquérito que tenta punir quarenta pessoas da comunidade universitária; multas exorbitantes a sindicatos e ações judiciais visando destituir suas diretorias e criminalizar dirigentes, como no caso do Sintespe – alvo do Governado Colombo, que faz lembrar a ditadura militar – cujos diretores foram intimados a depor na Diretoria Estadual de Investigações Criminais. Igualmente inaceitáveis são a decisão judicial que mandou prender a Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Blumenau; os descontos salariais, processos administrativos e ameaças de demissão promovidos pelo governo Colombo contra profissionais da educação que lutam por uma educação pública de qualidade, como os quatro professores afastados da escola João Gonçalves Pinheiro; o impedimento da liberdade de expressão e de livre manifestação artística, como no caso da perseguição política e punição às artistas responsáveis pela mensagem “Cidade à Venda”, em Florianópolis.

Estes atos dos poderes Executivo e Judiciário atentam contra os direitos de livre organização, manifestação e opinião, os direitos de greve e de organização sindical, direitos estes duramente conquistados pelos trabalhadores na luta contra a ditadura militar e pela democratização. A repressão dos aparatos do Estado – como pelas Polícias e pelo Judiciário, assim como as ações dos Governos Municipais, Estaduais e Federal – tem como objetivo acuar a juventude e os trabalhadores que buscam conquistar uma vida melhor se organizando e manifestando. Criminalizam a pobreza e impõem, seletivamente, o peso da repressão sobre os pobres e os setores oprimidos da sociedade. Entretanto, lutar não é crime!

Diante deste conjunto de atitudes autoritárias e repressivas, os presentes neste Seminário Estadual Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais e Sindical, realizado no Auditório Antonieta de Barros da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, manifestam repúdio a esse processo de criminalização dos movimentos sociais e sindical e de seus militantes e exigem a retirada/arquivamento de todos os inquéritos e processos que atualmente tramitam no Ministério Público Federal e Estadual, Justiça Estadual e Federal, Polícia Federal e Polícia Civil contra pessoas e organizações da classe trabalhadora em luta pelos direitos sociais, bem como a apuração de responsabilidade pela repressão policial e o cerceamento das liberdades democráticas de organização e luta em defesa dos direitos e conquistas sociais.